

OUTRAS PÁGINAS NO BRASIL E NO MUNDO

José Aparecido Miguel (*)

Como o ministro do STF Alexandre de Moraes se tornou tão poderoso

1-DESCONFORTO DE FLÁVIO E CACIQUES DO CENTRÃO. A decisão do senador Flávio Bolsonaro de se lançar como pré-candidato à Presidência da República embaralhou o jogo da direita e provocou reação imediata entre líderes do Centrão. Em entrevista a Veja, exibida no programa Os Três Poderes de sexta-feira, 12, Flávio negou que a aprovação do Projeto de Lei, PL, da Dosimetria na Câmara tenha qualquer relação com sua candidatura e afirmou que não há hipótese de recuo enquanto o ex-presidente Jair Bolsonaro estiver impedido de concorrer. Nos bastidores, a avaliação entre dirigentes do Centrão é que o movimento foi unilateral. (...) (VEJA)

2-ALCKMIN TORCE POR CANDIDATURA DE FLÁVIO. De olho em São Paulo, partido de Alckmin torce por candidatura de Flávio. Que seja para valer. Por Milena Teixeira, na coluna de Igor Gadelha. O motivo é a eleição em São Paulo. A expectativa de lideranças do PSB é de que, com Flávio candidato, o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos-SP) não concorra à Presidência da República e busque a reeleição ao Palácio dos Bandeirantes. Nesse cenário, grandes nomes do PT não fariam questão de concorrer ao governo de São Paulo, diante da alta probabilidade de derrota para Tarcísio. Assim, o caminho estaria aberto para o atual ministro do Empreendedorismo, Márcio França, que é filiado ao PSB, ser o candidato do presidente Lula ao governo de São Paulo em 2026. (...) (METRÓPOLES)

3-COMO ALEXANDRE DE MORAES SE TORNOU TÃO PODEROSO. O governo dos Estados Unidos retirou sexta-feira (12/12) o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes e sua esposa, Viviane Barci de Moraes, da lista de sancionados pela Lei Magnitsky. A punição foi adotada no final de julho, quando o governo Donald Trump tentava interferir no julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro por tentativa de golpe de Estado. A medida não funcionou e Moraes, relator do processo, liderou a decisão da Primeira Turma da Corte que condenou Bolsonaro a mais de 27 anos de prisão. Bolsonaro cumpre sua pena numa cela especial da Superintendência da Polícia Federal em Brasília. A queda da sanção vem um dia após uma nova decisão de Moraes que irritou bolsonaristas. Na quinta-feira (11/12), o ministro anulou a votação da Câmara dos Deputados que rejeitou a cassação de Carla Zambelli (PL-SP), apesar de sua condenação pelo STF por invadir sistemas de mandados judiciais do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) com o auxílio de um hacker. (...) (BBC NEWS BRASIL)

4-COMO PEDIR RESSARCIMENTO DA ENEL PELO APAGÃO DE ENERGIA. Danos elétricos, alimentos estragados: como pedir ressarcimen-

to após apagão. Por Giovanna Galvani e Stella Borges. Pessoas e negócios que tiverem prejuízos em decorrência da falta de luz em São Paulo após a passagem de um ciclone extratropical podem tomar medidas para serem ressarcidos pela concessionária de energia Enel. O que fazer - Especialista ouvido pelo UOL destaca que é necessário, antes de mais nada, documentar perdas e entrar com um pedido no portal da Enel. Além disso, é importante verificar a existência de possíveis seguros residenciais que possam cobrir rapidamente danos mais caros, como os relacionados a aparelhos elétricos. (...) Prazos da Enel - Segundo o site de solicitação de ressarcimento da concessionária (<https://www.enel.com.br/pt-saopaulo/solicitacao-de-ressarcimento>), os prazos para a resposta após os pedidos são: dez dias, contados a partir da data do pedido; um dia útil no caso de geladeira, freezer e equipamentos que preservam comidas. O prazo para a resposta, segundo a Enel, é de: 15 dias corridos se o pedido é feito em até 90 dias da data em que ocorreu o dano elétrico. 30 dias corridos se o pedido é feito após 90 dias da data em que ocorreu o dano elétrico. Apagão: 500 mil sem luz no começo do sábado. (...) (UOL)

5-BRASIL, RECUO DA UNIÃO EUROPEIA E MERCOSUL. O governo brasileiro teme um recuo da União Europeia a pouco mais de uma semana da data prevista para assinatura do acordo comercial entre o bloco e o Mercosul, previsto para o próximo sábado (20/12), em Foz do Iguaçu, durante a cúpula de chefes-de-Estado do Mercosul. Por Leandro Prazeres. Para membro do governo brasileiro, a saída para o Brasil e para o Mercosul diante do fracasso do acordo com os europeus seria a busca de novas parcerias em regiões como a Ásia. (...) (BBC NEWS BRASIL)

6- NOVA TABELA DO IMPOSTO DE RENDA, 2026 - Veja na tabela como fica o Imposto de Renda em 2026 de quem ganha entre R\$ 5 mil e R\$ 7.350 por mês. Nova tabela do Imposto de Renda começa a valer em 1º de janeiro de 2026, após sanção do presidente Lula. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou o projeto de lei que estabelece a nova tabela do Imposto de Renda (IR) para 2026. A alteração central é a ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda, elevando-a para quem recebe até R\$ 5.000,00 por mês. Além disso, o texto aprovado garante a redução da alíquota para a faixa de renda entre R\$ 5.000,01 e R\$ 7.350,00. Para os contribuintes com rendimentos mensais superiores a R\$ 7.350,00, as regras anteriores de cobrança do IR permanecem as mesmas. (...) (O GLOBO)

(*) José Aparecido Miguel, jornalista, diretor da Mais Comunicação-SP, trabalhou em todos os grandes jornais brasileiro - e em todas as mídias. E-mail: jmigueljb@gmail.com

EDITORIAL

O Brasil desconhecido que existe e resiste

Há um Brasil que não aparece nos mapas do progresso, nem nos discursos triunfalistas sobre desenvolvimento e soberania.

Um Brasil silencioso, invisível por escolha, não do país, mas dos povos que o habitam. É neste território esquecido que vive a maior parte dos povos indígenas isolados do planeta. E o dado, por si só, deveria constrianger a nação: dos 196 povos isolados existentes no mundo, 115 estão no Brasil. Ainda assim, o Estado brasileiro reconhece oficialmente apenas 29.

Não se trata de uma falha estatística. Trata-se de uma escolha política, histórica e estrutural. A Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) registra 115 povos indígenas isolados, mas 86 deles, 75%, seguem em alguma etapa preliminar de análise, sem confirmação oficial. Enquanto isso, seus territórios seguem expostos, pressionados e, muitas vezes, devastados.

No Brasil, reconhecer é proteger. Sem a confirmação oficial, a presença do Estado chega tarde, quando chega. Postos de vigilância, bases de proteção, sobrevoos, articulações institucionais e ações da Funai e da Secretaria de Saúde Indígena dependem, em grande medida, desse reconhecimento formal. A ausência dele amplia a vulnerabilidade de povos que já vivem sob ameaça constante.

O argumento de que esses grupos estariam protegidos mesmo sem confirmação plena não resiste à realidade do território. Basta olhar para o Arco do Desmatamento, onde os povos isolados vivem em verdadeiras ilhas de floresta, cercados por rodovias, fazendas, cidades, mineração e grandes empreendimentos. Ali, a floresta não é monumental, é fragmentada. A ameaça não é abstrata, é cotidiana.

O caso dos Ituna-Itatá, no Pará, é emblemático. Mesmo sob restrição de uso, a terra indígena foi alvo de invasões intensas e se tornou, entre 2016 e 2019, a mais desmatada do país. Em 2022, sua proteção só foi mantida por decisão do Supremo Tribunal Federal. Não fosse o Judiciário, o Estado brasileiro teria falhado mais uma vez.

O Brasil gosta de se apresentar como potência ambiental e guardião da Amazônia. Mas essa narrativa desmorona quando confrontada com a realidade dos povos isolados. Não há soberania sem responsabilidade.

Reconhecer esses povos não é um favor. É uma obrigação constitucional, ética e histórica. O Brasil que o Brasil quase não conhece existe.

Opinião do leitor

Nado livre

Para quem quer perder uns quilinhos antes das festas de final de ano, mas não pode correr ou fazer musculação, a dica é cair numa piscina. Você queima até 760 calorias com nado livre rápido por uma hora. Tem de cuidar da alimentação.

José Ribamar Pinheiro Filho
Brasília - Distrito Federal

O CORREIO DA MANHÃ NA HISTÓRIA * POR BARROS MIRANDA



HÁ 95 ANOS: BRASIL PODE VOLTAR A FAZER PARTE DA LIGA DAS NAÇÕES

As principais notícias do Correio da Manhã em 15 de dezembro de 1930 foram: Vargas publica decreto que fez as remunerações de juízes e procuradores do Tribunal Especial. Decreto regulando as funções do interventor do Distrito Federal sofre modificações depois de publicado. Graves acontecimentos em Pelotas devido a greve dos motomeiros da Light. Brasil recebe convite para voltar a fazer parte da Liga das Nações.

HÁ 75 ANOS: CÂMARA DOS DEPUTADOS CONCLUI O CÓDIGO DOS MILITARES

As principais notícias do Correio da Manhã em 15 de dezembro de 1950 foram: Truman afirma que as Tropas da ONU só sairão da Coreia se forem expulsos. ONU organiza comissão para debater a paz na península asiática. Estados do Rio de Janeiro e São Paulo definem limites territoriais. Sem solução o abono de Natal. Câmara Conclui o Código dos Militares. TSE aprova os resultados do Paraná.

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) • Paulo Bittencourt (1929-1963) • Nilomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Patrick Bertholdo (Diretor Geral)
patrickbertholdo@correiodamanha.net.br

Cláudio Magnavita (Diretor de Redação)
redacao@correiodamanha.com.br

Redação: Gabriela Gallo, Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação), Anderson Sã e Thiago Ladeira

Telefones: (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

Whatsapp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Nucleo Bandeirantes
Brasília - DF CEP 71736-20

São Paulo: Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP - CEP 05001-200

Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13010-132
www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.